

Caro Deputado ao Parlamento Europeu,

Elegeram-no Deputado ao Parlamento Europeu para a nova legislatura, a ter início em 2009.

Representar não apenas os seus eleitores mas a União Europeia por inteiro implica uma grande responsabilidade. As acções e escolhas que venha a fazer terão impacto em todos aqueles que se encontrem na e para além da UE.

Centenas de milhares de trabalhadores da Caritas – funcionários e voluntários – estão concretamente empenhados na luta contra a pobreza e na promoção da justiça e de um integral desenvolvimento humano.

As nossas principais áreas de competência são a inclusão e a coesão social; as migrações, asilo, integração e tráfico humano; a cooperação internacional.

Pedimos-lhe, enquanto recém-eleito Deputado ao Parlamento Europeu, que nos dê o seu apoio – a nós e às pessoas em prol de quem trabalhamos –, levando as nossas mensagens para a agenda da discussão política.

Por toda a Europa, peritos da Caritas anseiam por apoiar este esforço, partilhando todo o nosso conhecimento e experiência e estabelecendo um diálogo construtivo sobre os assuntos em causa.

Desejamos-lhe o melhor para este importante desafio!

Bruxelas, Junho de 2009

Erny Gillen

Presidente, Caritas Europa

A nossa visão global para a Europa e a União Europeia

A Caritas vê a Europa como um continente no qual:

- a dignidade humana, os direitos humanos e a solidariedade entre pessoas e nações são valores comuns;
- a pobreza e a exclusão social são definitivamente erradicados;
- o diálogo social e a democracia participativa florescem;
- são tomadas acções concretas para promover o desenvolvimento humano em todo o mundo.

A nossa mensagem ao Parlamento Europeu sobre inclusão e coesão social

1. Recomendamos ao Parlamento Europeu que aproveite a oportunidade do ‘2010: Ano Europeu para o Combate à Pobreza e à Exclusão Social’ para lidar com as antigas e as recentes formas de pobreza e exclusão na Europa e para assegurar estratégias nesse sentido.

2. Convidamos o Parlamento Europeu a chamar a atenção dos Estados Membros para a importância de reforçar os sistemas de protecção social e melhorar a sua eficácia na prevenção da pobreza nos respectivos países.

3. Especialmente nestes tempos de crise, incentivamos o Parlamento Europeu a tornar a estratégia pós-Lisboa para a próxima década mais equilibrada e com uma marcada visão social, para que também os pobres, os vulneráveis, os que estão à margem da sociedade, bem como aqueles que estão longe do acesso ao mercado de trabalho, possam encontrar o seu lugar e o seu rumo.

A nossa mensagem ao Parlamento Europeu sobre migrações, asilo, integração e tráfico humano

1. Lembramos ao Parlamento Europeu que pode intervir concretamente na política das migrações laborais. A migração circular requer um quadro legal que proteja os direitos dos trabalhadores migrantes, mas requer também medidas que promovam a mobilidade, através do acesso à informação e do apoio à reintegração. O apoio à integração deve ser oferecido a todos os que chegam a UE, mesmo que venham apenas temporariamente.

2. Instamos o Parlamento Europeu a salvaguardar o direito de protecção internacional, estabelecendo padrões mais exigentes no Sistema Europeu Comum de Asilo, particularmente através de uma revisão da Directiva de Qualificação e da Directiva dos Procedimentos de Asilo.

3. Encorajamos o Parlamento Europeu a intervir na área de migrações, asilo, integração e combate ao tráfico, através do processo de adopção do Programa de Estocolmo, e encorajamo-lo também a olhar para além do período do seu mandato, tendo em conta aquilo que são as necessidades de desenvolvimento destas áreas.

A nossa mensagem ao Parlamento Europeu sobre cooperação internacional

1. Incentivamos o Parlamento Europeu a apoiar e promover os princípios humanitários fundamentais de Humanidade, Neutralidade, Imparcialidade e Independência, tal como estabelecido no Consenso Europeu em matéria de Ajuda Humanitária.
2. As alterações climáticas têm grande impacto nas pessoas e comunidades dos países mais pobres, o que resulta em crescentes catástrofes humanitárias. Pedimos ao Parlamento Europeu que faça da justiça climática uma prioridade e que demonstre liderança nas negociações políticas internacionais em matéria de alterações climáticas, focando-se em programas de adaptação como forma de reduzir o risco de desastres.
3. A solidariedade global deve trazer benefícios a todos. Instamos o Parlamento Europeu a usar os seus poderes orçamentais para assegurar que a UE mantém o seu compromisso no que respeita aos níveis de ajuda internacional, aumentando simultaneamente a eficácia dessa ajuda, de modo a causar um maior impacto na pobreza; incentivamo-lo também a encorajar os Estados Membros a fazer o mesmo.
4. Incentivamos o Parlamento Europeu a ter em conta, de forma consistente, o princípio da coerência das políticas para promover o desenvolvimento (previsto no Tratado da UE), em particular no que toca a comércio justo e políticas migratórias baseadas nos direitos humanos.